



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

AV. PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 494 – C.N.P.J. - 76.245.042/0001-54
Fone (43) 3259-1316 – Fax (43) 3259-1316 – CEP 86210-000 - JATAIZINHO – PARANÁ

Of. nº 191/2024-GAB.

Jataizinho, 30 de abril de 2024.

Ao excelentíssimo senhor
LAERCIO FERNANDES QUITÉRIO
Presidente da Câmara Municipal de Jataizinho
Jataizinho-PR

Senhor Presidente:

Através do presente, estamos encaminhando em anexo para protocolo nesta Casa de Leis, Projeto de Lei da LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS que trata das Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária para o Município de Jataizinho para o exercício de 2025.

Outrossim nos colocamos a inteira disposição de Vossa Excelência para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Sendo o que o momento nos reserva, renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente


WILSON FERNANDES

Prefeito Municipal

PROTOCOLO GERAL DA CÂMARA
MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Nº 160
Em 30/04/2024


Sandro João de Fátima
Agente Legislativo
CPF nº 020.114.399-25



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná

CGC/MF 76.245.042/0001-54

PROJETO DE LEI Nº 11/2024

SENHOR PRESIDENTE,

SENHORES VEREADORES,

MENSAGEM JUSTIFICATIVA

Servimo-nos da presente, para encaminhar tempestivamente a essa Colenda Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei, que trata das Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o Município de Jataizinho para o exercício de 2025 e dá outras providências.

Cumpre-nos esclarecer que o referido projeto foi elaborado de forma a atender as prioridades previstas por esse Executivo Municipal para ser aplicado na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2025, e em conformidade com o previsto na legislação pertinente.

Posto isto – espera contar com a costumeira atenção de Vossa Excelência e dignos pares, no sentido de analisarem a presente iniciativa e cumpridas as formalidades legais, seja o mesmo aprovado para os devidos fins.

Edifício da Prefeitura Municipal de Jataizinho, aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro.


WILSON FERNANDES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná

CGC/MF 76.245.042/0001-54

PROJETO DE LEI Nº 14/2024

Súmula: Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o Município de Jataizinho para o exercício de 2025 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O Orçamento do Município de Jataizinho, relativo ao exercício de 2025, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais fixadas nesta Lei, em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo 2º, da Constituição Federal, Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 e Lei Orgânica do Município de Jataizinho e ainda as diretrizes fixadas nesta Lei, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - a organização e a estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- V - as disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município, e;
- VI - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram esta Lei os seguintes Anexos:

- I - Anexo de Metas e Prioridades;
- II - Anexo de Riscos Fiscais;
- III - Anexo de Metas Fiscais;
- IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Origem e Aplicação de Recursos com Alienação de bens;
- VI - Avaliação financeira e Atuarial do RPPS;
- VII - Projeção Atuarial do RPPS;
- VIII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- IX - Demonstrativo da Evolução da Receita
- X - Demonstrativo de Projetos em Andamento.

CAPÍTULO I DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º. As metas e as prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2025 estão especificadas na lei do Plano Plurianual- PPA relativo ao período 2022-2025, as quais integrarão a Lei Orçamentária para 2025, mas que não se constitui em limite à programação das despesas.

§ 1º. O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em consonância as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná

CGC/MF 76.245.042/0001-54

§ 2º. Na destinação de recursos às ações constantes do projeto de lei orçamentária serão adotados os critérios estabelecidos em lei específica ou no Plano Plurianual-PPA.

Art. 3º. Em conformidade com o disposto no § 2º, do art. 165 da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000-LRF e na Lei Orgânica do Município, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2025 serão estabelecidas no PPA 2022-2025, em Anexos próprios e terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, todavia não se constituem limites à programação de despesas.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º. Para os efeitos desta Lei entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e,

IV - Operações Especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub-função as quais se vinculam.

§ 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 5º. A lei Orçamentária do Município discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, especificando a unidade orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza de despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa e as fontes de recursos.

§ 1º. A codificação dos grupos de natureza da receita e da despesa, modalidades de aplicação e os elementos de despesas, será utilizado os constantes dos anexos I, II e III da Portaria Ministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, do Ministério da Fazenda - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e suas alterações.

§ 2º. A Reserva Orçamentária será identificada pelo dígito 7 (sete) no que se refere ao projeto. Quanto à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos será identificada pelo dígito 9 (nove).

§ 3º. A Reserva de Contingência prevista no artigo 27, desta lei, será identificado pelo dígito 9 (nove), no que se refere ao grupo de natureza de despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná
CGC/MF 76.245.042/0001-54

Art. 6º. A Lei Orçamentária indicará as fontes de recursos regulamentadas pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE, podendo o Município incluir outras fontes para atender as suas peculiaridades.

§ 1º. O Poder Executivo poderá desdobrar as fontes de recursos indicadas, quando da execução orçamentária.

§ 2º. Na execução do orçamento fiscal, o executivo poderá incluir novas fontes de recursos, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas na lei orçamentária para 2025.

Art. 7º. O orçamento fiscal, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, Autarquias, Fundações e Fundos, instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.

Art. 8º. A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

II - ao cumprimento dos juros, encargos e amortização da dívida fundada.

Art. 9º. O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município e no artigo 22, seus incisos e parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320/64, e será composto de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - anexo do orçamento de investimento a que se refere o inciso II, do § 5º, do artigo 165, da Constituição Federal, e o constante na Lei Orgânica do Município de Jataizinho, na forma definida nesta lei.

V - discriminação da legislação da receita, referente ao orçamento fiscal.

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, incisos III, da Lei 4.320/64.

Art. 10. O Poder Legislativo, os Órgãos da Administração Indireta e os Fundos, deverão entregar suas respectivas propostas orçamentárias ao Departamento de Fazenda, até 31 de julho de 2025, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidas nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 11. Para elaboração dos orçamentos do Município, relativos ao exercício de 2025, observar-se-ão as diretrizes gerais de que tratam este capítulo, os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual, no que couber, na Lei Federal nº. 4.320/64, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Orgânica do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná
CGC/MF 76.245.042/0001-54

Art. 12. A elaboração, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária Anual serão realizadas de forma a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada etapa, e ainda, deverá levar em conta o alcance das disposições do Anexo III - Anexo de Metas Fiscais, constante desta lei.

Art. 13. As propostas orçamentárias serão orçadas a preços correntes do mês de julho, considerando-se o aumento ou diminuição dos serviços prestados e os efeitos das modificações na legislação tributária ou outro critério que estabeleça.

Art. 14. Além de observar as diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação de recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 15. Ficam os Poderes Legislativo e Executivo - Administração Direta e Indireta e, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.320/64, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a vinte por cento do valor geral do orçamento fixado para cada Poder e/ou Entidades, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações:

Art. 16. Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso V, do art. 167, da Constituição Federal, e artigos 7º, 42 e inciso I do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir Crédito Adicional - Superávit Financeiro, por Fonte de Recursos.

§ 1º. Entende-se por Superávit Financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurada por Fonte de Recursos, em 31 de dezembro de 2024.

§ 2º. Ficam excluídos do limite fixado no art. 15 desta lei, os créditos previstos no *caput* deste artigo.

Art. 17. Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso V, do art. 167, da Constituição Federal, e artigos 7º, 42 e inciso II do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir Crédito Adicional - Excesso de Arrecadação, por Fonte de Recursos.

§ 1º. Entende-se por Excesso de Arrecadação o recebimento de recursos não previstos na Lei Orçamentária de 2025 e a diferença positiva entre a receita prevista na Lei Orçamentária de 2025 e a receita efetivamente realizada, por Fonte de Recursos.

§ 2º. Ficam excluídos do limite fixado no art. 15 desta lei, os créditos previstos no *caput* deste artigo.

Art. 18. Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal, na Instrução nº 233/2008 - DCM e no Acórdão nº 768/08 - Tribunal Pleno, autorizados a abrir Crédito Adicional - Transposição / Remanejamento / Transferência até o limite de vinte por cento, por modalidade de alteração, do total da despesa fixada para cada Poder.

§ 1º. Entende-se por Transposição a realocação de recursos entre programas de trabalho, dentro de um mesmo órgão e mesma categoria econômica da despesa.

§ 2º. Entende-se por Remanejamento a realocação de recursos entre órgãos, independente da categoria econômica da despesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná
CGC/MF 76.245.042/0001-54

§ 3º. Entende-se por Transferência a realocação de recursos entre categorias econômicas da despesa, dentro do mesmo órgão e mesmo programa de trabalho.

§ 4º. Ficam excluídos do limite fixado no art. 15 desta Lei, os créditos previstos no *caput* deste artigo.

Art. 19. Ficam os Poderes Legislativo e Executivo autorizados a alterar as modalidades de aplicação constantes da lei Orçamentária de 2025 até o limite de vinte por cento do total da despesa fixada para cada Poder.

Parágrafo único. Ficam excluídos do limite fixado no art. 15 desta Lei, os créditos previstos no *caput* deste artigo.

Art. 20. Os valores constantes do Orçamento Geral do Município estabelecido a preços correntes do mês de julho de 2025, poderão ser corrigidos durante a execução orçamentária, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, ou outro que venha substituí-lo, aplicado a partir de agosto de 2025.

Art. 21. O Departamento Jurídico do Município, sem prejuízo do envio das relações de dados cadastrais dos precatórios aos órgãos ou entidades devedores, encaminhará à Secretaria Municipal da Fazenda, até 31 de julho do corrente, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2025, nos termos do artigo 100, parágrafo 1º, da Constituição Federal/88, discriminada por órgão da administração direta e autárquicas, especificando:

- a) número e data do ajuizamento da ação originária;
- b) tipo do precatório;
- c) tipo da causa julgada;
- d) data da autuação do precatório;
- e) nome do beneficiário;
- f) valor do precatório a ser pago
- g) data do trânsito em julgado.

Art. 22. As metas e prioridades estabelecidas no Projeto de Lei Orçamentária deverão ser compatíveis com a lei que dispõe sobre o Plano Plurianual para o exercício de 2025, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025.

Art. 23. Na programação da despesa não poderão ser destinados recursos para atender a despesas:

I - Sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - ações que não sejam de competência exclusiva do Município, ou com ações em que a Lei Orgânica não estabeleça a obrigação do Município em cooperar técnica e financeiramente;

III - clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas aquelas destinadas às sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que atendam diretamente o público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde e educação.

IV - pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública ou empregado de empresa pública, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeada com recursos provenientes de parcerias celebradas entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil (OSC), terão por objeto a execução de atividades ou projetos e serão formalizadas



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná
CGC/MF 76.245.042/0001-54

por meio de termo de fomento ou termo de colaboração, quando houver transferência de recurso financeiro, e acordo de cooperação, quando a parceria não envolver a transferência de recurso financeiro, na forma prevista na Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 24. A subvenção a serem repassadas as entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, “f” da LRF). As transferências voluntárias regidas pela Lei Federal nº 13.019/2014 serão efetivadas através de termos de colaboração e/ou fomento.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal.

Art. 25. As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do orçamento fiscal, somente poderão ocorrer se vierem a ser expressamente autorizadas por lei específica.

Art. 26. A proposta orçamentária conterá a previsão de aumento dos benefícios da seguridade social de forma a possibilitar o atendimento do disposto no artigo 7º, IV, da Constituição Federal/88.

Parágrafo único. Os recursos necessários ao atendimento do aumento real do salário mínimo, caso as dotações da lei orçamentária sejam insuficientes, serão objeto de crédito suplementar a ser aberto no exercício de 2025.

Art. 27. A lei orçamentária conterá “Reserva de Contingência” em montante equivalente até um por cento da Receita Corrente Líquida, destinada a atender aos passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 28. Cada unidade orçamentária contemplará valores correspondentes à cobertura de contrapartida para as transferências voluntárias recebidas da União e do Estado.

Art. 29. Terão prioridades na programação da receita total do Município:

- I - o custeio administrativo e operacional, inclusive com pessoal e encargos sociais;
- II - o pagamento de amortizações e encargos da dívida;
- III - a contrapartida das operações de créditos;
- IV - a garantia do cumprimento dos princípios constitucionais;

Parágrafo único. A programação de recursos efetuada pelo Departamento de Fazenda para atender novos investimentos só poderá ser incluída após atender as prioridades constantes dos incisos I a IV deste artigo.

Art. 30. O controle de custos e avaliação de resultados previstos nos artigos 4º, inciso I, alínea “e”, e 50, § 3º, da lei Complementar nº 101/2000, serão realizados pelo Sistema de Controle Interno do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná
CGC/MF 76.245.042/0001-54

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 31. As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se ao disposto nas normas constitucionais aplicáveis, Lei Complementar nº. 101/2000, Lei Federal nº. 9.717, de 27 de novembro de 1998, legislação municipal em vigor e demais normas vigentes.

Art. 32. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, parágrafo 1º, inciso II, da Constituição Federal/88, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título através de concurso público.

Art. 33. Para a instituição ou a concessão de qualquer vantagem pecuniária ou remuneração, criação de cargos ou alteração de estruturas de carreiras e admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas pelo Município, observado o contido no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal/88 e da Lei Orgânica do Município de Jataizinho, poderão ser levadas a efeito para o exercício financeiro de 2025, de acordo com os limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000 e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 34. O disposto no parágrafo 1º, do artigo 18, da Lei Complementar nº. 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do "caput":

I - os serviços expressamente apontados pela lei de licitações e contratos administrativos (Lei 14.133/21), com clara especificação do objeto da contratação;

II - os contratos de terceirização em que a Administração não especifique a quantidade e ou especialização dos funcionários, salvo se necessário a caracterização do objeto, bem como, que não esteja caracterizada qualquer subordinação, vinculação ou pessoalidade entre a Administração Pública e os funcionários da contratada;

III - as contratações temporárias, eventuais de curtíssima duração e com objeto bem específico, que não caracterizam atividade de caráter permanente da Administração.

IV - as contratações temporárias para a área de saúde com o objetivo de atender as situações de caráter emergenciais, tais como no combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, epidemia do Coronavírus, dentre outras que podem vir a ocorrer.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35. O Poder Executivo poderá enviar ao Legislativo Municipal, no corrente exercício, projeto de lei dispondo sobre alteração na legislação tributária de sua competência que conterá:

I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - a edição de uma planta genérica da base de cálculo do IPTU, com a atualização dos valores dos imóveis e edificações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná
CGC/MF 76.245.042/0001-54

- III - a expansão do número de contribuintes;
- IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal;
- V - reavaliação da legislação fiscal

Art. 36. A lei que conceder incentivo ou benefício de natureza tributária, só será aprovada ou editada se atendidas às exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Parágrafo único. Aplica-se à lei que conceder ou ampliar incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no “caput”, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 37. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujo custo para cobrança seja superior ao crédito tributário, poderão ser cancelados mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receitas.

Art. 38. O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, para o exercício financeiro 2025, poderá ter desconto de até 15% (quinze por cento) do valor lançado, para pagamento integral.

Art. 39. Na previsão da receita para o exercício financeiro de 2025 serão observados os incentivos e os benefícios fiscais estabelecidos pelas Leis Municipais de Isenções, conforme detalhado no Anexo de Metas Fiscais - Demonstrativo da Estimativa de Renúncia de Receita.

Art. 40. Os valores apurados, conforme artigos 37 e 38 desta lei, não serão considerados na previsão da receita para o exercício financeiro de 2025.

Art. 41. Os tributos municipais poderão sofrer alterações em decorrência de mudanças na legislação nacional sobre a matéria, ou ainda, em função de interesse público relevante.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. Os valores das Metas Fiscais devem ser vistos como indicativo e para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do Projeto de Lei Orçamentária de 2025 ao Legislativo Municipal.

Art. 43. Como critério para limitação de empenho no cumprimento das metas fiscais, se fará de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para atendimento de “despesas de custeio” (exceto pessoal, encargos sociais e dívida pública) e “investimentos” de cada Poder.

§ 1º. Da ocorrência do disposto no “caput” deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º. O Poder Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do “caput”, caberão aos respectivos órgãos na limitação de empenho e movimentação financeira.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná
CGC/MF 76.245.042/0001-54

Art. 44. As condições a serem observadas nas ações de geração da despesa de que trata o artigo 16, da Lei Complementar nº. 101/2000, serão especificadas em demonstrativo que integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38, da Lei nº. 8.666/93, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o parágrafo 3º, do art. 182, da Constituição Federal/88.

Art. 45. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas, sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 46. O Poder executivo poderá firmar parcerias com outras esferas de governo, para desenvolver programas que visem o desenvolvimento do Município, conforme prevê a Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 47. Os recursos provenientes de convênios repassados pelo Município, a entidades públicas ou privadas, deverão ter suas aplicações comprovadas mediante prestação de contas ao Sistema de Controle Interno da Prefeitura e ao Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo único. A prestação de contas deverá ser pelo valor recebido, o que condicionará o repasse das parcelas subsequentes.

Art. 48. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título, submeter-se-ão a fiscalização do Poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 49. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar parcerias com entidades não governamentais sem fins lucrativos, dando ciência ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 50. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na proposta orçamentária previsão de gastos e/ou investimentos destinados à ampliação de vagas na educação infantil, principalmente para as crianças que completarão 4 e 5 anos no correspondente exercício financeiro.

Art. 51. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 52. Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado para sanção do prefeito até o primeiro dia de janeiro de 2025, a programação constante deste projeto encaminhado pelo Executivo, poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total geral do orçamento, enquanto não se completar o ato sancionatório.

Art. 53. O Poder Executivo elaborará e publicará até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2025, cronograma anual de desembolso mensal.

Parágrafo único. A Câmara Municipal enviará até 30 (trinta) da publicação da Lei Orçamentária, ao Executivo, o cronograma anual de desembolso mensal para o referido exercício financeiro.

Art. 54. O Poder Executivo publicará até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, as receitas desdobradas, em metas bimestrais de arrecadação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná
CGC/MF 76.245.042/0001-54

Art. 55. O Poder Executivo disponibilizara no portal da transparência, o Quadro de Detalhamento de Despesas - QDD, especificando por projetos e atividades, os elementos de despesas do orçamento fiscal dos Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, Fundações e Fundos Municipais.

Art. 56. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JATAIZINHO, ESTADO DO PARANÁ,
aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro.



WILSON FERNANDES
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE JATAIZINHO - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2025

Página: 1 / 1

ARF(LRF, art.4º, § 3º)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	172.184,30	Ajuizamento de Cobrança Judicial	172.184,30
Dívidas em Processo de Recolhimento	3.494.971,50	Dívida em Execução Fiscal	3.494.971,50
SUBTOTAL	3.667.155,80	SUBTOTAL	3.667.155,80

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	654.450,92	Ajuizamento de Cobrança Judicial	654.450,92
Restituição de Tributos a Maior	10.000,00	Tributos Pagos em Duplicidade	10.000,00
Outros Riscos Fiscais	65.146,52	Ajuizamento de cobrança referente a IPTU e ITBI	65.146,52
SUBTOTAL	729.597,44	SUBTOTAL	729.597,44

TOTAL	4.396.753,24	TOTAL	4.396.753,24
--------------	---------------------	--------------	---------------------

Fonte

Notas Explicativas

Aparecido de Almeida
Contador
CRC PR 044054/O-0

Wilson Fernandes
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE JATAIZINHO - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2025

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 6º, § 1º)

Página: 1 / 2

Especificação	2025				2026				2027			
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	62.686.368,00	62.686.368,00	0,000	100,000	0,00	0,00	0,000		0,00	0,00	0,000	0,000
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	51.500.392,33	51.500.392,33	0,000	82,156	0,00	0,00	0,000		0,00	0,00	0,000	0,000
Receitas Primárias Correntes	51.092.450,00	51.092.450,00	0,000	81,505	0,00	0,00	0,000		0,00	0,00	0,000	0,000
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.714.800,00	9.714.800,00	0,000	15,497	0,00	0,00	0,000		0,00	0,00	0,000	0,000
Transferências Correntes	37.776.700,00	37.776.700,00	0,000	60,263	0,00	0,00	0,000		0,00	0,00	0,000	0,000
Demais Receitas Primárias Correntes	3.600.950,00	3.600.950,00	0,000	5,744	0,00	0,00	0,000		0,00	0,00	0,000	0,000
Receitas Primárias de Capital	407.942,33	407.942,33	0,000	0,651	0,00	0,00	0,000		0,00	0,00	0,000	0,000
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	62.686.368,00	62.686.368,00	0,000	100,000	0,00	0,00	0,000		0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	54.198.368,00	54.198.368,00	0,000	86,460	0,00	0,00	0,000		0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias Correntes	54.198.368,00	54.198.368,00	0,000	86,460	0,00	0,00	0,000		0,00	0,00	0,000	0,000
Pessoal e Encargos Sociais	29.245.989,00	29.245.989,00	0,000	46,654	0,00	0,00	0,000		0,00	0,00	0,000	0,000
Outras Despesas Correntes	7.989.437,59	7.989.437,59	0,000	12,745	0,00	0,00	0,000		0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias de Capital	407.942,33	407.942,33	0,000	0,651	0,00	0,00	0,000		0,00	0,00	0,000	0,000
Pagamento da Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000		0,00	0,00	0,000	0,000
Receita Total (COM FONTES RPPS)	8.488.000,00	8.488.000,00	0,000	13,540	0,00	0,00	0,000		0,00	0,00	0,000	0,000
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	8.573.700,00	8.573.700,00	0,000	13,677	0,00	0,00	0,000		0,00	0,00	0,000	0,000
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	8.573.700,00	8.573.700,00	0,000	13,677	0,00	0,00	0,000		0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	8.573.700,00	8.573.700,00	0,000	13,677	0,00	0,00	0,000		0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	(2.697.975,67)	(2.697.975,67)	0,000	(4,304)	0,00	0,00	0,000		0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	8.488.000,00	8.488.000,00	0,000	13,540	0,00	0,00	0,000		0,00	0,00	0,000	0,000



MUNICÍPIO DE JATAZINHO - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2025

AVF - Tabela 1 (LRF art 4º, § 1º)

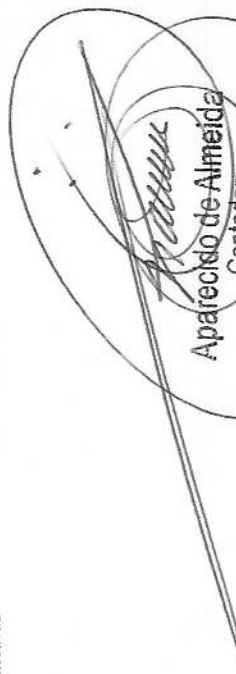
Página: 2 / 2

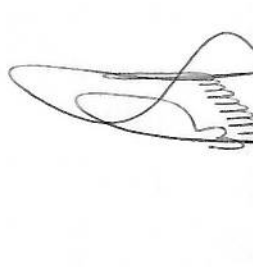
Especificação	2025				2026				2027			
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	% RCL
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	421.284,68	421.284,68	0,000	0,672	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	421.284,68	421.284,68	0,000	0,672	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.538.337,58	1.538.337,58	0,000	2,454	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	1.538.337,58	1.538.337,58	0,000	2,454	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

Parâmetros	2025	2026	2027
PIB nominal	0,00	0,00	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	62.686.368,00	0,00	0,00

Fonte

Notas Explicativas


Aparecido de Almeida
Contador
CRC PR-044054/O-0


Wilson Fernandes
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE JATAIZINHO - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2025

AMF - Demonstrativo III (LRF, art.4º, § 2º, inciso II)

Página: 1 / 1

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total	52.781.674,00	74.137.777,52	40,46	59.241.114,00	(20,09)	62.686.368,00	5,82	0,00	(100,00)		0,00
Receitas Primárias (I)	58.616.362,36	60.573.137,95	3,34	59.201.253,66	(2,26)	0,00	(100,00)	0,00			0,00
Despesas Total	52.781.674,00	65.540.339,49	24,17	59.241.114,00	(9,61)	62.686.368,00	5,82	0,00	(100,00)		0,00
Despesas Primárias (II)	51.372.067,53	59.623.544,11	16,06	55.755.016,22	(6,49)	0,00	(100,00)	0,00			0,00
Resultado Primário (III) = (I)-	7.244.294,83	949.593,84	(86,89)	3.446.237,44	262,92	0,00	(100,00)	0,00			0,00
Resultado Nominal	8.578.828,09	1.357.818,24	(84,17)	3.642.226,92	168,24	0,00	(100,00)	0,00			0,00
Dívida Pública Consolidada	1.601.749,34	1.601.749,34	0,00	1.538.337,58	(3,96)	0,00	(100,00)	0,00			0,00
Dívida Consolidada Líquida	(4.585.694,92)	(1.316.906,44)	(71,28)	(4.741.113,74)	260,02	0,00	(100,00)	0,00			0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total	52 781 674,00	74 137 777,52	40,46	59 241 114,00	(20,09)	62 686 368,00	5,82	0,00	(100,00)	0,00	
Receitas Primárias (I)	58 616 362,36	60 573 137,95	3,34	59 201 253,66	(2,26)	0,00	(100,00)	0,00		0,00	
Despesas Total	52 781 674,00	65 540 339,49	24,17	59 241 114,00	(9,61)	62 686 368,00	5,82	0,00	(100,00)	0,00	
Despesas Primárias (II)	51 372 067,53	59 623 544,11	16,06	55 755 016,22	(6,49)	0,00	(100,00)	0,00		0,00	
Resultado Primário (III) = (I)-	7 244 294,83	949 593,84	(86,89)	3 446 237,44	262,92	0,00	(100,00)	0,00		0,00	
Resultado Nominal	8 578 828,09	1 357 818,24	(84,17)	3 642 226,92	168,24	0,00	(100,00)	0,00		0,00	
Dívida Pública Consolidada	1 601 749,34	1 601 749,34	0,00	1 538 337,58	(3,96)	0,00	(100,00)	0,00		0,00	
Dívida Consolidada Líquida	4 585 694,92	(1 316 906,44)	(128,72)	(4 741 113,74)	260,02	0,00	(100,00)	0,00		0,00	

Fonte

Notas Explicativas

Aparecido de Almeida
Contador
CRC PR 044054/O-0

Wilson Fernandes
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE JATAIZINHO - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2025

Página: 1 / 1

AMF - Tabela 4 - (LRF, art.4º, §2, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio/Capital	46.193.536,60	(120,1)	44.642.930,00	(72,4)	40.539.338,14	(115,0)
Reservas	50.890,00	(0,1)	50.890,00	(0,1)	50.890,00	(0,1)
Resultado Acumulado (*)	(84.705.732,99)	220,2	(106.367.281,22)	172,5	(75.831.637,26)	215,2
TOTAL	(38.461.306,39)	100,00	(61.673.461,22)	100,00	(35.241.409,12)	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio/Capital	5.265.963,36	100,0	5.865.067,00	100,0	5.174.291,20	100,0
Reservas	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Resultado Acumulado (*)	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
TOTAL	5.265.963,36	100,00	5.865.067,00	100,00	5.174.291,20	100,00

Fonte

Notas Explicativas

Aparecido de Almeida
Contador
CRC PR 044684/O-0

Wilson Fernandes
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE JATAIZINHO - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2025

Página: 1 / 1

AMF - Tabela 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2023(a)	2022(b)	2021(c)
RECEITAS DE CAPITAL (I)	1.258.702,14	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	1.258.702,14	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	1.258.702,14	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2023(d)	2022(e)	2021(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	1.046.890,56	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.046.890,56	0,00	0,00
Investimentos	1.046.890,56	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO III	(g) = ((Ia - IId) + IIIf)	(h) = ((Ib - IIe) + IIIf)	(i) = (Ic - IIIf)
	211.811,58	0,00	0,00

Fonte

Notas Explicativas

Aparecido de Almeida
Contador
CRC PR 044054/O-0

Wilson Fernandes
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE JATAIZINHO - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2025

Página: 1 / 3

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (I)	5 652 310,62	7 316 542,67	6 790 309,92
Receita de Contribuições dos Segurados	1 393 175,85	1 688 346,53	1 917 912,76
Civil	1 393 175,85	1 688 346,53	1 917 912,76
Ativo	1 361 626,89	1 654 835,39	1 663 387,32
Inativo	31 548,96	33 511,14	254 525,44
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de contribuições Patronais	1 537 161,85	1 695 119,76	1 974 437,84
Civil	1 537 161,85	1 695 119,76	1 974 437,84
Ativo	1 537 161,85	1 695 119,76	1 974 437,84
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	164 918,35	569 526,32	693 959,02
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	164 918,35	569 526,32	693 959,02
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	2 464 146,86	3 324 380,64	2 204 000,30
Outras Receitas Correntes	12 907,71	39 169,42	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	12 907,71	39 169,42	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	5 652 310,62	7 316 542,67	6 790 309,92
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2021	2022	2023
Benefícios - Civil	6 254 336,09	7 110 264,83	7.741.626,19
Aposentadorias	5 298 054,86	6 046 101,07	6 562 069,87
Pensões	956 281,23	1 064 163,76	1 179 556,32
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	6 254 336,09	7 110 264,83	7.741.626,19
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)	(602 025,47)	206 277,84	(951 316,27)
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2021	2022	2023
VALOR	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2021	2022	2023
VALOR	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2021	2022	2023
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	2 464 146,86	3 324 380,64	2 204 000,30



MUNICÍPIO DE JATAIZINHO - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2025

Página: 2 / 3

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea

BENS E DIRETOS DO RPPS	2021	2022	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	5.174.291,20	5.865.067,00	5.265.963,36
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2021	2022	2023
RECEITA CORRENTES (VII)	5.652.310,62	7.316.542,67	7.044.835,36
Receita de Contribuições dos Segurados	1.393.175,85	1.688.346,53	1.917.912,76
Civil	1.393.175,85	1.688.346,53	1.917.912,76
Ativo	1.361.626,89	1.654.835,39	1.663.387,32
Inativo	31.548,96	33.511,14	254.525,44
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	1.537.161,85	1.695.119,76	2.228.963,28
Civil	1.537.161,85	1.695.119,76	2.228.963,28
Ativo	1.537.161,85	1.695.119,76	1.974.437,84
Inativo	0,00	0,00	254.525,44
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	184.918,35	569.526,32	693.959,02
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	184.918,35	569.526,32	693.959,02
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	72.907,71	39.169,42	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	72.907,71	39.169,42	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)	5.652.310,62	7.316.542,67	7.044.835,36

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2021	2022	2023
Benefícios - Civil	6.254.336,09	7.110.264,83	7.741.626,19
Aposentadorias	5.298.054,86	6.048.101,07	6.562.069,87
Pensões	956.281,23	1.064.163,76	1.179.556,32
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)	6.254.336,09	7.110.264,83	7.741.626,19

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)	(688.028,30)	104.189,67	(696.790,83)
--	--------------	------------	--------------

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2021	2022	2023
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	2.464.146,86	3.324.380,64	2.204.000,30
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES	171.965,66	204.176,34	210.168,54
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	171.965,66	204.176,34	210.168,54

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2021	2022	2023
----------------------------------	------	------	------



MUNICÍPIO DE JATAIZINHO - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2025

Página: 3 / 3

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2021	2022	2023
DESPESAS CORRENTES (XIII)	1/1 965,66	204 176,34	210 168,54
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	1/1 965,66	204 176,34	210 168,54
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	0,00	0,00

Aparecido de Almeida
Contador
CRC PR 044654/O-0

Wilson Fernandes
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE JATAIZINHO - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2025

Página: 1 / 1

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIAS (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d"exerc.anterior)+(c)
2021	5.898.451,12	6.340.318,92	(441.867,80)	4.732.423,40
2022	7.809.740,46	7.212.353,00	597.387,46	5.329.810,86
2023	7.148.050,88	7.846.710,46	(698.659,58)	4.631.151,28

Fonte

Notas Explicativas

Aparecido de Almeida
Contador
CRC PR 0406410-0

Wilson Fernandes
Prefeito Municipal



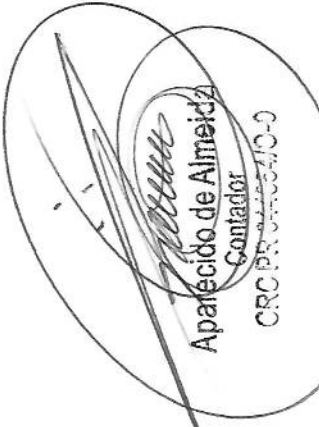
MUNICÍPIO DE JATAZINHO - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2025

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

CÓDIGO	TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
				2025	2026	2027	
1	IPTU	Crédito Presumido Concessão de Isenção em caráter não gera	Isenção de IPTU	62.000,00	0,00	0,00	0,00 Ajustamento de Cobrança
2	ITBI	Crédito Presumido Concessão de Isenção em caráter não gera	Isenção de ITBI	16.000,00	0,00	0,00	0,00 Ajustamento de Cobrança
TOTAL				78.000,00	0,00	0,00	

Fonte

Notas Explicativas


Aparecido de Almeida
Contador
CRC PR 000.000.000-0


Wilson Fernandes
Prefeito Municipal

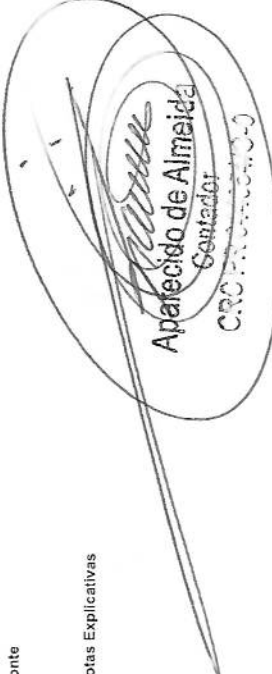


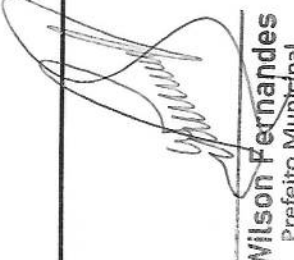
MUNICÍPIO DE JATAIZINHO - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA
2025

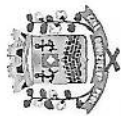
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		ESTIMADA		PROJETADA	
		2022	2023	2024	2025	2026	2027
11	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	7.122.625,00	6.162.350,00	7.092.300,00	9.714.800,00	0,00	0,00
METODOLOGIA DE CÁLCULO							
Percentual de 7% estimado para a evolução da receita							
12	CONTRIBUIÇÕES	207.500,00	432.000,00	350.000,00	4.231.600,00	0,00	0,00
METODOLOGIA DE CÁLCULO							
Percentual de 7% estimado para a evolução da receita							
13	RECEITA PATRIMONIAL	320.000,00	260.000,00	450.000,00	944.324,00	0,00	0,00
METODOLOGIA DE CÁLCULO							
Percentual de 7% estimado para a evolução da receita							
16	RECEITA DE SERVIÇOS	150.000,00	50.000,00	150.000,00	5.989.244,00	0,00	0,00
METODOLOGIA DE CÁLCULO							
Percentual de 7% estimado para a evolução da receita							
17	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	32.419.625,00	37.685.650,00	36.533.500,00	37.776.700,00	0,00	0,00
METODOLOGIA DE CÁLCULO							
Percentual de 7% estimado para a evolução da receita							
19	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	179.750,00	150.000,00	234.636,00	416.500,00	0,00	0,00
METODOLOGIA DE CÁLCULO							
Percentual de 7% estimado para a evolução da receita							
22	ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	50.000,00	100.000,00	12.250,00	0,00	0,00
METODOLOGIA DE CÁLCULO							
Percentual de 7% estimado para a evolução da receita							
24	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	200.000,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00
METODOLOGIA DE CÁLCULO							
Percentual de 7% estimado para a evolução da receita							

Fonte

Notas Explicativas


Aparecido de Almeida
Contador
C.R.C. 000.000.000-00


Wilson Fernandes
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE JATAIZINHO - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO NA DATA DE ENVIO DO PROJETO DE LEI DA LDO
2025

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, § 4º)

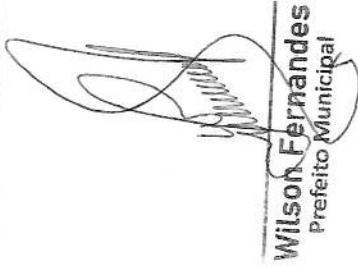
Página: 1 / 1

CÓDIGO DO PROJETO / ATIVIDADE	NOME DO PROJETO / ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISÃO		EXECUÇÃO		SALDO A EXECUTAR	
			Qte	Valor	Qte	Valor	Qte	Valor
1003	INVESTIMENTOS OBRAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE	Metros quadrados	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
1004	INVESTIMENTOS - ENSINO FUNDAMENTAL	Metros quadrados	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
1010	CONSTRUÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA	Metros quadrados	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
1015	INVESTIMENTOS - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO DE SAÚDE	Metros quadrados	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
1023	REVITALIZAÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS	Metros quadrados	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00

Fonte

Notas Explicativas


Aparecido de Almeida
Contador
CRC PR 04634/O-0


Wilson Fernandes
Prefeito Municipal